

Excelentíssimo Senhor
Paulo Gonet Branco
Procurador-Geral da República

Assunto: proposta de cooperação junto ao Conselho Nacional do Ministério Público para ampliação dos mecanismos de accountability

Cumprimentando-o cordialmente, a Transparência Brasil, organização não governamental que há 24 anos tem destacada atuação no fomento ao controle social, aprimoramento de políticas públicas e combate à corrupção, renova a disposição em colaborar ativamente com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para avanços nos mecanismos de accountability do colegiado e nas diretrizes observadas pelos órgãos sob sua alçada.

Em maio de 2021 celebramos junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o Termo de Cooperação Técnica 079/2021 para maior acurácia e transparência do sistema remuneratório do Judiciário¹. Em decorrência do eficaz e permanente diálogo nestes três anos da parceria, ainda vigente, o Painel de Remunerações do CNJ obteve um representativo avanço de completude.

Em dezembro de 2023, 93% dos Tribunais de Justiça Estaduais cumpriram a Resolução CNJ nº 215/2015 e a Portaria nº 63/2017, disponibilizando os contracheques de seus membros no referido painel. Nos meses iniciais da parceria, o percentual de descumprimento chegou a quase 50%, conforme detalhado no gráfico em anexo.

Foram realizadas tratativas infrutíferas com o CNMP à época para celebração de similar cooperação. Confiantes de que seu mandato como PGR, e consequentemente na presidência do CNMP, terá entre os pilares o permanente diálogo e prestação de contas à sociedade, reiteramos nossa disposição em colaborar com o colegiado na:

- fiscalização do cumprimento das Resoluções CNMP nº 86/2012, 89/2012 e 200/2019, bem como no eventual aprimoramento destas normas, mediante diálogo com a Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (responsável pela elaboração e publicização do *Transparentômetro*);
- elaboração de uma plataforma que centralize a prestação de contas dos contracheques dos órgãos que integram o Ministério Público, a exemplo do que o

¹ Disponível na URL abaixo, informando o código verificador 1082295 e o código CRC 6D7FBCB8
https://www.cnj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo

CNJ promove, fortalecendo o controle social e a fiscalização pelo CNMP;

- ampliação da transparência dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) firmados pelos órgãos do MP, principalmente estaduais, mediante plataforma de consulta padronizada;
- aprimoração dos requisitos mínimos dos sistemas de consulta de processos e procedimentos dos MPEs, aumentando a transparência dos atos.

Para evoluirmos os diálogos relativos ao fortalecimento do accountability do Ministério Público, solicitamos encarecidamente a **viabilização de audiência com as instâncias e membros competentes do CNMP**, para que os pontos supracitados sejam por nós melhor detalhados, com apresentação de uma proposta de termo de cooperação.

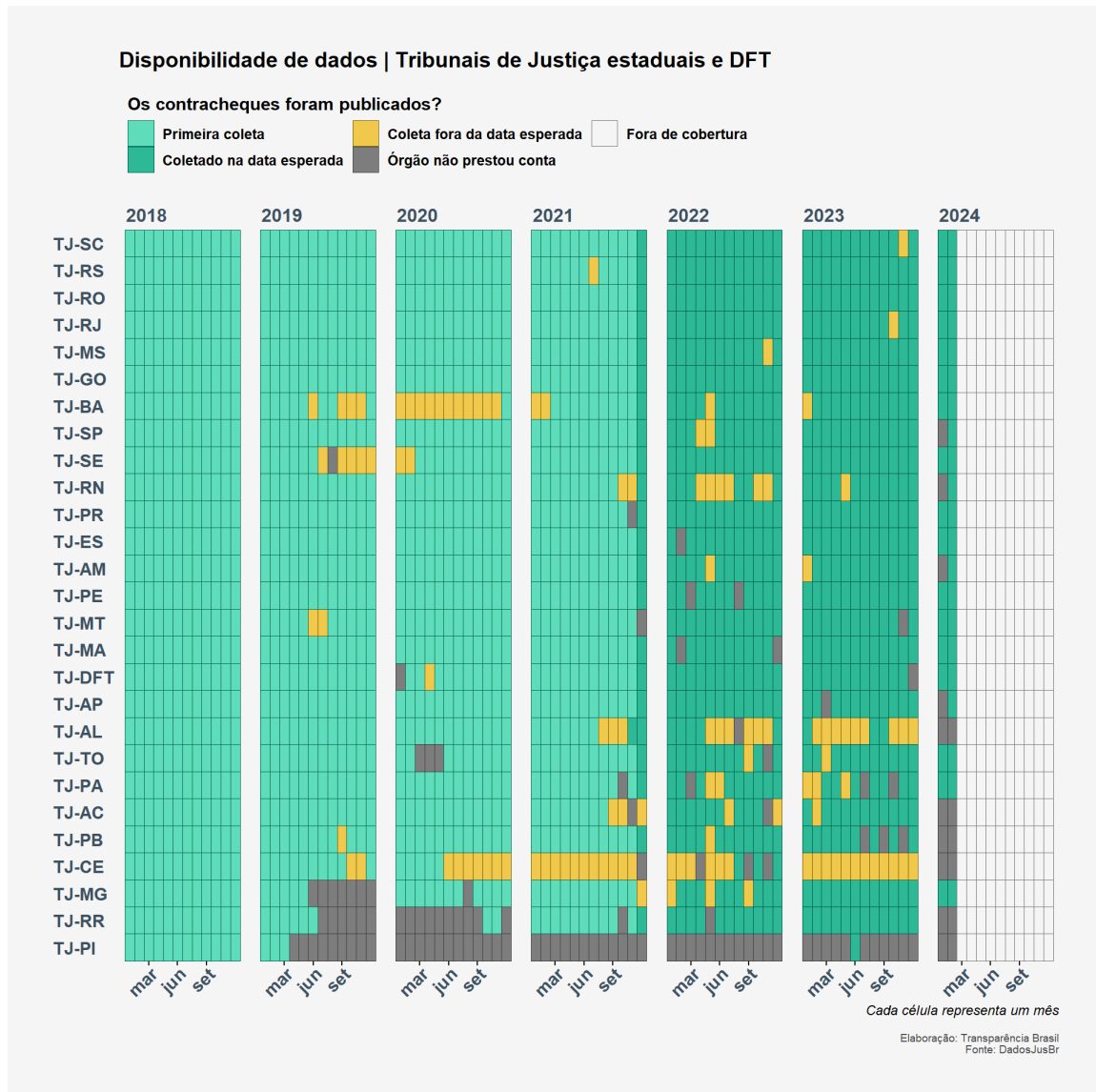
Sem mais para o momento, externamos nossos votos de estima e consideração, e nos colocamos à disposição para outras colaborações junto ao Ministério Público no exercício de seu essencial papel de guardião da democracia, da ordem jurídica e dos direitos fundamentais.

Brasília, 10 de abril de 2024

JULIANA MARI SAKAI
Diretora executiva da Transparência Brasil

ANEXO 1

No âmbito do projeto DadosJusBr, a Transparência Brasil iniciou em fevereiro de 2022 as coletas automatizadas de dados do Painel de Remuneração do CNJ², que centraliza contracheques de todos os membros de 93 órgãos do Judiciário. Em amarelo, há 122 sinalizações de meses em que tribunais de Justiça estaduais publicaram as informações com pelo menos cinco meses de atraso. Nesses casos, a disponibilização ocorreu majoritariamente mediante atuação da organização no escopo do Termo de Cooperação Técnica 079/2021 firmado com o CNJ.



² <https://www.cnj.jus.br/transparencia-cnj/remuneracao-dos-magistrados/>